

Conselho Municipal De Assistência Social
Anahy - Paraná
Lei nº 110/95 de 24 de Agosto de 1995
Rua Rio de Areia, S/N - CEP: 85425-00 - Fone/ Fax: (45) 3249-1055
E-mail: socialanahy@hotmail.com

RESOLUÇÃO N.º 019/2017 - CMAS

SÚMULA – Aprova o **Termo de Adesão ao Incentivo Benefício Eventual**, com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao cofinanciamento Estadual, por meio de incentivo Benefício Eventual no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil, reais)**, repassados do Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS/PR, para o Fundo Municipal da Assistência Social-FMAS de Anahy/Pr., conforme Deliberação 065/2017 do CEAS/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE ANAHY, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal n.º Lei n.º 110/95 de 24 de agosto de 1995 e;

Considerando a Deliberação nº 076/2017, que delibera pelo repasse Fundo a Fundo ao incentivo Benefício Eventual para o Município de pequeno e médio porte;

Considerando o que diz no artigo 17, Capítulo VI, da Deliberação 065/2017, ou seja, deverá ser priorizada a utilização de recurso do Incentivo Benefício Eventual, para o atendimento de mulheres em situação de risco e violência, e de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, que estejam em trânsito, com o custeio do transporte por meio da provisão de passagens;


Considerando a Deliberação dos conselheiros em Plenária do CMAS realizada na data de 27 de Outubro de 2017, às 9h, na sala de reuniões do CRAS, os quais foram de Parecer Favorável em relação à distribuição dos recursos, constando registro na Ata n.º 10/2017;

RESOLVE:


Artigo 1º – Aprovar o **Termo de Adesão ao Incentivo Benefício Eventual**, com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao cofinanciamento Estadual, por meio de incentivo Benefício Eventual no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil, reais)**, repassados do Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS/PR, para o Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS de Anahy/Pr., conforme Deliberação 065/2017 do CEAS/PR.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Anahy, 27 de Outubro de 2017.


ALINE RAQUEL GATTI BERGAMIN
Presidente do CMAS

CI1180578-E17



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIPÁ
ESTADO DO PARANÁ
e-mail: contato@camaramaripa.pr.gov.br
Av. General Canabarro, 579 - Fone: (44) 3687-1416 - 85.955-000 - MARIPÁ - PR
CNPJ 73.909.491/0001-61



HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2017


OBJETO: Contratação de Empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos de sonorização (sistema de áudio, vídeo e periféricos), para o Prédio próprio da Câmara Municipal de Maripá/PR.

Considerando a decisão da Pregoeira que adjudicou o objeto do certame em epígrafe, em favor da empresa GRADIANA COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME, conforme consta no Edital de Classificação datado de 18/10/2017; Considerando que, segundo o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, HOMOLOGO o resultado da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 06/2017 para que produza seus efeitos legais.


Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Fica intimada a Empresa Vencedora a assinar o Contrato de Prestação de Serviços, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir deste, conforme item 12.2 do Edital.

Maripá PR, 27 de outubro de 2017.


Euclides José Kreutz
Presidente da Câmara de Vereadores

CI1180577-E17



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIPÁ
ESTADO DO PARANÁ
e-mail: contato@camaramaripa.pr.gov.br
Av. General Canabarro, 579 - Fone: (44) 3687-1416 - 85.955-000 - MARIPÁ - PR
CNPJ 73.909.491/0001-61




AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2017
PREGÃO PRESENCIAL 09/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Maripá torna público, a todas as empresas e demais interessados em participar do referido certame, a **ANULAÇÃO** do Processo Licitatório Nº 29/2017 – referente ao Pregão Presencial 09/2017, cujos objetos estão descritos nos respectivos lotes que compõem o Processo Licitatório em questão.

A referida anulação se dá em caráter irrevogável, por questão de vícios do ato convocatório, nos termos do artigo 49, da Lei Federal Nº. 8.666/1993 e suas alterações.

Considerando a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, cujo teor refere que: "A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial." – tal anulação vem resguardar a lícitude dos procedimentos administrativos da Câmara Municipal de Maripá, bem como tem por desiderato a segurança jurídica dos seus processos licitatórios.

Maripá/PR, em 27 de Outubro de 2017.


Euclides José Kreutz
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIPÁ

CI1180576-E17

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR

DECRETO Nº 228/2017
DATA: 27 de outubro de 2017.

SÚMULA: DECLARA DESERTA A LICITAÇÃO RELATIVA AO PROCESSO NA MODALIDADE LÍTELLO Nº 001/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDOMIRO QUADRI, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada DESERTA a Licitação na modalidade lícito n.º 001/2017, tendo em vista que não houve interessado no referido processo licitatório.


Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Capitão Leônidas Marques – PR, 27 de outubro de 2017.


CLAUDOMIRO QUADRI
Prefeito Municipal

CI1180575-E17



Conselho Municipal De Assistência Social
Anahy - Paraná
Lei nº 110/95 de 24 de Agosto de 1995
Rua Rio de Areia, S/N - CEP: 85425-00 - Fone/ Fax: (45) 3249-1055
E-mail: socialanahy@hotmail.com

RESOLUÇÃO N.º 018/2017 - CMAS

SÚMULA – Aprova o **Plano de Ação** referente a incentivo financeiro no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil, reais)**, repassados do Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS/PR, para o Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS de Anahy/Pr., conforme Deliberação 065/2017 do CEAS/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE ANAHY, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal n.º Lei n.º 110/95 de 24 de agosto de 1995 e;

Considerando a Deliberação nº 076/2017, que delibera pelo repasse Fundo a Fundo ao incentivo Benefício Eventual para o Município de pequeno e médio porte;

Considerando o que diz no artigo 17, Capítulo VI, da Deliberação 065/2017, ou seja, deverá ser priorizada a utilização de recurso do Incentivo Benefício Eventual, para o atendimento de mulheres em situação de risco e violência, e de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, que estejam em trânsito, com o custeio do transporte por meio da provisão de passagens;


Considerando a Deliberação dos conselheiros em Plenária do CMAS realizada na data de 27 de Outubro de 2017, às 9h, na sala de reuniões do CRAS, os quais foram de Parecer Favorável em relação à distribuição dos recursos, constando registro na Ata n.º 10/2017;

RESOLVE:


Artigo 1º – Aprovar o **Plano de Ação** referente a incentivo financeiro, no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil, reais)**, repassados do Fundo Estadual da Assistência Social - FEAS/PR, para o Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS de Anahy/Pr., conforme Deliberação 065/2017 do CMAS/PR.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anahy, 27 de Outubro de 2017.


ALINE RAQUEL GATTI BERGAMIN
Presidente do CMAS

CI1180579-E17



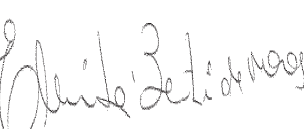
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL
1ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PROJUDI
Avenida Tancredo Neves, 2320 - Fórum - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-900 - Fone: (45) 30401361 - E-mail: cartorio1varacivel@gmail.com

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE
KEVIN LUIS KROKOSZC MARTIGNONI
Prazo 20 (vinte) dias

Processo: 0024521-66.2016.8.16.0021
Classe Processual: Tutela e Curatela - Nomeação
Assunto Principal: Tutela e Curatela
Valor da Causa: R\$1.000,00
Requerente(s): **MARCIA JOANA KROKOSZC MARTIGNONI** (CPF/CNPJ: 580.825.659-34)
Rua Nhambiquaras, 151 - Santa Cruz - CASCAVEL/PR - CEP: 85.806-050 - E-mail: jkmmarcia@hotmail.com
Interessado(s): **KEVIN LUIS KROKOSZC MARTIGNONI** (RG: 123388410 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
Rua Nhambiquaras, 151 - Santa Cruz - CASCAVEL/PR - CEP: 85.806-050

O DOUTOR PEDRO IVO LINS MOREIRA, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL/PR.

FAZ SABER que na presente serventia da 1ª Vara Cível de Cascavel/PR, tramitou a Ação de **Tutela e Curatela** n.º **0024521-66.2016.8.16.0021**, em que é autora **MARCIA JOANA KROKOSZC MARTIGNONI** e interditando **ARISTEU KEVIN LUIS KROKOSZC MARTIGNONI**, nos termos da sentença seq. 80, **foi decretada a INTERDIÇÃO DE KEVIN LUIS KROKOSZC MARTIGNONI**, brasileiro, nascido aos 29/01/1996, filho de Celso Martignoni e Marcia Krokosz Martignoni, natural de Cascavel/PR, portador do RG n.º 12.338.841-0-SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Nhambiquaras, nº 151, Bairro Santa Cruz, nesta cidade de Cascavel/PR, declarando-os absolutamente incapazes de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, na forma dos art. 4º, inciso III, do Código Civil, por ser portador de Síndrome de Down com retardo mental moderado, nomeando-lhe, como **CURADORA** a autora **MARCIA JOANA KROKOSZC MARTIGNONI**, brasileira, nascida aos 12/01/1963, filha de Eugenio Krokosz e Alda Beatriz Krokosz, portadora do RG n.º 4.204.408-3-SSP/PR, inscrita no CPF n.º 580.825.659-34, residente e domiciliada na Rua Nhambiquaras, n.º 151, Bairro Santa Cruz, nesta cidade de Cascavel/PR, tendo as interdições a finalidade de representar os interditando Para os atos de sua vida civil, e em respeito as disposições constantes nos artigos 1.740 e ss do Código Civil, ficam os curadores além das demais vedações e obrigações legais; Não mantenham em seu poder dinheiro do curatelado, além do necessário para suas despesas ordinárias (art. 1753); Não realize qualquer ato, exceto os de mera administração, que verse sobre o patrimônio do curatelado sem expressa autorização do juízo (artigo 1782); Apresente anualmente balancete de sua administração (artigo 1756); preste contas a cada biênio, em forma mercantil e apresentando os respectivos comprovantes (artigo 1756). Em virtude do que mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de agosto de dois mil e dezessete. Eu, Elenita Berti de Moraes – Funcionária Juramentada que o digitei e subscrevi.


Elenita Berti de Moraes
Funcionária Juramentada
Portaria nº 50/2014

CI1180568-E17



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 234/2017
Pregão PRESENCIAL 179/2017 - PMSMI


O Município de São Miguel do Iguaçu – Pr, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, que se encontra disponível para retirada, o edital do processo administrativo nº 234/2017 na modalidade Pregão, tipo **Menor Preço**, objetivando **Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis automotivos para atender a demanda da frota de veículos do Município de São Miguel do Iguaçu**, conforme anexo I do edital. A licitação será realizada no dia 14 de novembro de 2017, às 09:00 horas no endereço: RUA VANIO GHELLERE, 64, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR. O edital deverá ser retirado no <http://transparencia.saomiguel.pr.gov.br/8090/portalttransparencia/licitacoes> ou diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, na Rua Vanio Ghellere, 64, no horário de funcionamento de 2ª a 6ª feira, mediante a apresentação de mídia removível com entrada para USB (pendrive). SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 27 de outubro de 2017. Claudimiro da Costa Dutra - Prefeito Municipal.

CI1180572-E17

MUNICÍPIO DE UBRATÁ
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 3716/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 251/2017

Comunicamos que está suspenso o Pregão Presencial em epígrafe que tem por objeto a **Aquisição de portas e paredes divisórias destinadas a Secretaria da Educação, incluso serviços de instalação**, visando à verificação de questionamentos acerca do edital. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no site www.ubirata.pr.gov.br, na aba **Processos Licitatórios**. Ubitatã - Paraná, 27 de outubro de 2017. Arieli Amanda Cruz de Paula Vanderlinde. Pregoeira, nomeada conforme Portaria 141/2017.

CI1180574-E17



MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE
CNPJ: 78.101.821/0001-01 Rua Rui Barbosa, 202 - Centro - Fone/Fax: (045)3287-4000 ESTADO DO PARANÁ. CEP 85545-000

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/17 (Menor Preço por item)

Objeto: Aquisição de veículos novos destinados ao deslocamento de usuários no próprio município de Vera Cruz do Oeste ou em outro município nas regiões de saúde de referência, conforme Resolução SESA nº 216/2017 que habilita os municípios a receberem incentivos financeiros de que se trata a Resolução SESA nº 160/2016 incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário nos municípios do Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde – APSUS

• **Open Veículos Ltda.** - CNPJ 04.678.147/0002-12; primeira colocada no item: 01 – R\$ 161.600,00.

• **J.C.B. Máquinas e Equipamentos Eireli**, CNPJ 16.856.683/0001-36; primeira colocada no item: 02 – R\$ 154.500,00.

Vera Cruz do Oeste, 27 de outubro de 2017.

Sandra Regina Ramos da Silva
PREGOEIRA

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/17 (Menor Preço por item)

Objeto: Aquisição de veículo novo tipo caminhão cabine dupla com 14 (quatro) portas, contendo porta aberta para atender a Secretaria de Administração e Planejamento do município de Vera Cruz do Oeste.

• **Divisa Veículos Ltda.** - CNPJ 03.866.211/0001-08; primeira colocada no item: 01 – R\$ 129.000,00.


Houve empate no item 01. O critério de desempate utilizado foi o previsto no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93.

Vera Cruz do Oeste, 27 de outubro de 2017.

Sandra Regina Ramos da Silva
PREGOEIRA

DOCUMENTOS NA ÍNTEGRA, NO DIÁRIO OFICIAL.
SITE: <http://www.veracruz.pr.gov.br>

CI1180583-E17



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
AV. 7 DE SETEMBRO, 354 - FONE (0**45) 248-1156 - CEP 85423-000 - IGUAÇU - PARANÁ
C.N.P.J. 95.595278/0001-65

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Iguaçu, sito à Avenida 7 de Setembro, 354 Cep.: 85.423-000 – Iguaçu – Pr, já qualificada no Contrato de Prestação de Serviço para fornecimento de Sistemas de Contabilidade, objeto do presente termo aditivo.

CONTRATADA: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA – inscrita no CNPJ: 76.030.717/0001-48, sito à Rua Ernesto Piazzetta, 202, Bacacheri, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, já qualificada no Contrato para contratação de empresa para fornecimento de Sistemas objeto do presente termo aditivo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Parágrafo II, da Cláusula 2ª do Contrato objeto do presente termo aditivo, bem como, art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

FORO: No que tange ao foro as partes convencionam a manutenção do foro da Comarca de Corbélia – Pr, para dirimir quaisquer controvérsias.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a **prorrogação do prazo** por 12 (doze) meses do contrato para contratação de empresa para fornecimento de: Sistema para atendimento das áreas de Contabilidade Pública, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Controle Patrimonial, Licitações e Compras, Controle de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Frotas para internet e intranet, da Transparência, de acordo com as especificações mínimas exigidas no Edital da Licitação tipo Técnica e Preço, Modalidade Tomada de Preço nº02/2014, firmado entre as partes em 29 de outubro de 2014, podendo ao seu término, ser prorrogado por prazos sucessivos até o limite estabelecido pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93

JUSTIFICATIVA: O Contrato supracitado tem como objeto a Locação de Software para atender as necessidades obrigatórias e indispensáveis desta Casa legislativa, conforme descrito no objeto acima.

Trata-se de serviços de natureza continuada indispensável a este Instituto, com preços e condições vantajosos, na qual a contratada vem prestando excelentes serviços, com profissionais capacitados e bem preparados. Através dos sistemas locados, se registram as informações contábeis, de pessoal, licitação, dentre outros, gerando as informações necessárias para envio das cargas do SIM-AM e outras prestações de contas.

Além disto, a presente contratação de deu por meio legal através da Licitação tipo Técnica e Preço, Modalidade Tomada de Preço nº02/2014

Portanto, neste contexto, é indiscutível que os serviços de locação de software sejam tratados como de natureza continuada, vez que deles se valem diariamente a nossa Administração.

Ocorre que o supracitado Contrato tem seu prazo de validade até 29/10/2015, necessitando assim ser prorrogado, para que seja mantida a continuação dos bons e necessários serviços prestados pelo Contratado.

Cabe noticiar a esta altura, que a Contratada, por meio de correspondência formal, manifestou seu interesse em continuar a prestar serviços a esta Casa de Leis, confirmados posteriormente por sua assinatura no presente aditamento.

Além da previsão de aditamento previsto no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Contrato em questão, destarte, por terem natureza contínua, a Lei nº 8.666/93 em seu art. 57, inciso II, autoriza que o prazo de duração deste contrato possa se estender por até sessenta meses. Portanto, sobre o prisma da legalidade, nenhum impedimento existe para que o prazo de vigência do contrato em questão possa ser prorrogado até 29/10/2018.

Sob o aspecto do interesse da Câmara de Vereadores em aditar o contrato nenhum questionamento existe, posto que os serviços vêm atendendo de maneira satisfatória as necessidades de repostas para os diversos questionamentos jurídicos formulados.

Cabe dizer assim, para demonstrar a vantagem da prorrogação que:

a) os servidores que utilizam de tais serviços já se encontram habituados a trabalhar com o contratado, o que apresenta muita vantagem, posto que a troca de prestador implicaria num novo período de adaptação, sem saber se este atenderia satisfatoriamente nossas necessidades;

b) o preço praticado mensalmente ficará inalterado;

c) os serviços foram prestados pela contratada com responsabilidade a atenção aos termos contratados;

d) não existe nenhum fato superveniente conhecido por essa administração que desabone a prestação dos serviços até então prestados ou de conduta da empresa contratada.

Destarte, por todos os motivos expostos, seja do ponto de vista legal ou administrativo, não existe dúvida de que devemos promover o aditamento do contrato em questão para que a prestação dos serviços continue a fluir da forma regular como sempre foi, autorizando a prorrogação do contrato em epígrafe, fazendo cumprir o que determinada a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

DA VIGÊNCIA: Início 29 de outubro de 2017 e término em 29 de outubro de 2018.

DO REAJUSTE: A contratada EQUIPLANO SISTEMAS LTDA solicita reajuste baseado no Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, no percentual de 2,54%, sobre o valor da nota, passando o valor mensal para R\$ 1.645,58 (um mil seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) que passara a vigorar a partir do mês posterior a publicação deste Termo Aditivo.

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato original a que se refere o presente Termo Aditivo;

Registre-se

e publique-se.


Câmara Municipal de Iguaçu, 27 de outubro de 2017.

Presidente Câmara M. de Iguaçu
Edson Aparecido da Silva

Equiplano Sistemas LTDA
José Tarcisio Viero

Assinatura das testemunhas

CI1180586-E17



MUNICÍPIO DE MARIPÁ
ESTADO DO PARANÁ
Rua Luiz de Camões, 437 - CEP 85.955-000 - Fone/Fax: (44) 3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br / site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2017. OBJETO: Contratação(ões) de Empresa(s) do ramo para realizar cursos e palestras para atender as atividades e programas da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Maripá/PR. Considerando a decisão da Pregoeira que adjudicou o objeto do certame em epígrafe, em favor das empresas B. H. R. TEIXEIRA BERBET - ME, CLEIDE APARECIDA KIHIL EIRELI - ME, D. DE ALMEIDA KERBER & CIA LTDA - ME, I. P. DE OLIVEIRA - ME, INSTITUTO MAKRO MARKETING CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME, LIDER CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E TREINAMENTO - EIRELI - EPP, MLD CURSOS E TREINAMENTOS LTDA - ME e ROSA ERMELINDA FLOHR 03123304980 conforme consta no Edital de Classificação datado de 26/10/2017; Considerando, que segundo o Parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente. Homologo o resultado da Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 088/2017 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para que produza seus efeitos legais. Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes. Ficam intimadas as Empresas Vencedoras a assinarem as Atas de Registro de Preços no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir deste, conforme item 12.2 do Edital. Maripá PR, 27 de outubro de 2017. Anderson Bento Maria, PREFEITO - MARIPÁ/PR.

Documentos na íntegra disponíveis no diário oficial eletrônico do Município de Maripá - Endereço: www.maripa.pr.gov.br.

CI1180582-E17